

Universidade no Brasil: desafios e perspectivas para o século XXI

*Ernâni Lampert**

Resumo

Esse artigo é dividido em duas partes distintas, porém inter-relacionadas. No princípio, em forma de sinopse, faz-se uma retrospectiva do ensino superior brasileiro dentro do contexto da universidade ocidental e da sociedade brasileira. Por fim, projetam-se as perspectivas da universidade do século XXI. Tenciona-se com este trabalho colocar em revista tópicos da universidade brasileira, apresentando possíveis alternativas para amenizar e/ou equacionar essa problemática.

Palavras-Chave: universidade brasileira - história - perspectivas - século XXI.

Abstract

The article is divided in two distinct parts, although interrelated. In the beginning a retrospect of the Brazilian University teaching is made in the context of the western university and the Brazilian society. Finally, perspectives about the university of the 21st Century are drawn. With this paper we intend to review topics of the Brazilian university, presenting possible alternatives to saften and/or solve this problem.

Key Words: brazilian university - history - perspectives of the 21st Century.

* Doutor em Educação; Professor do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento, da Fundação Universidade do Rio Grande.

Retrospectiva histórica

O ensino superior não pode ser discutido, analisado e avaliado isoladamente. Ele faz parte de um contexto mais amplo: a universidade ocidental e a sociedade brasileira, com seus problemas políticos, econômicos, sociais e culturais, que repercutem diretamente no sistema educacional e, em especial, no ensino superior. Essa idéia é defendida por Dulci e Azevedo, ao afirmarem que *"a situação da universidade tem que ser analisada dentro do quadro de crise que o País atravessa."* (1992, p. 18)

Falar na universidade brasileira implica arrolar alguns fatos históricos do ensino superior do Brasil e características da universidade do Ocidente, pois, conforme Inácio Filho, *"a universidade brasileira não é uma entidade abstrata e isolada que existe deslocada da realidade, mas está inserida num contexto que é o das universidades do mundo ocidental."* (1989, p. 191). Para Husén, a universidade ocidental e aquelas de outras regiões do mundo têm imitado o modelo e/ou modelos europeus que caracterizou-se, ao longo da história, por estabelecer certa distinção entre a teoria e a prática, dissociar-se da realidade circundante, ser uma instituição elitista que tem como finalidade principal buscar a verdade.

A história do ensino superior do Brasil é atípica em relação ao contexto latino-americano. Essa diferença se deve, principalmente, à influência espanhola que os outros países da América Latina sofreram. Os espanhóis tentaram implantar nesses países o modelo da Universidade de Salamanca, com as quatro faculdades tradicionais: Teologia, Direito, Artes e Medicina.

No Brasil, do descobrimento à chegada da Família Real, não havia ensino superior. Durante esses séculos, a elite brasileira realizava seus cursos em Portugal, principalmente na Universidade de Coimbra. Esse fato decorreu dos interesses políticos e econômicos de Portugal. A chegada da Família Real muda esse cenário. Criam-se os primeiros estabelecimentos isolados públicos, com os cursos profissionais de Medicina, Engenharia, Artes, Direito, etc.

A Reforma de Carlos Maximiliano (1915) autorizou o governo a reunir as escolas existentes no Rio de Janeiro em universidade. Assim, em 1920 surge a primeira universidade no Brasil - a Universidade do Rio de Janeiro. Essa universidade foi denominada mais tarde Universidade do Brasil. Na década de trinta foram criadas algumas universidades, destacando-se pelo espírito inovador a Universidade de São Paulo e do Distrito Federal. Na década de quarenta são criadas as primeiras universidades privadas por organizações religiosas católicas (Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul). Essas instituições criaram cursos, principalmente, nas áreas humanas e sociais.

A Lei 4024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduziu modificações no ensino superior, dentre as quais o aumento do controle e poder normativo do Conselho Federal de Educação, a possibilidade de o ensino superior ser ministrado tanto em universidades quanto em escolas isoladas, a composição das universidades, a manutenção do sistema de cátedra e a garantia de representação estudantil nos órgãos colegiados.

A partir da década de sessenta, cujo ápice foi o ano de 1968, os movimentos estudantis, que clamavam por oportunidades e qualidade do ensino, afloram em diferentes partes do mundo. A promulgação da Lei 5540/68 (Reforma do Ensino Superior), que objetiva o trinômio ensino, pesquisa e extensão, foi um ato político do governo brasileiro, atrelado aos interesses do capital norte-americano, para abrandar o movimento e atender certas reivindicações dos discentes e docentes.

No período de 1965-1977, o governo, por incompetência ou conveniência, facilitou os processos de autorização de cursos superiores, transferindo à iniciativa privada essa responsabilidade. A educação passa a ser vista e gerenciada como investimento rentável. Competitividade, lucratividade e produção em massa norteiam o ensino superior. As matrículas crescem estrondosamente. Em qualquer cidade do país, onde havia classe média predisposta a pagar por um título, sem necessariamente exigir qualidade, era possível instalar curso superior. O que valia era a quantidade. Afinal o Brasil estava supostamente em pleno desenvolvimento...

Conforme Neves (apud Brandão et al., 1992, p. 84), a reforma universitária implicou a expansão no setor privado, a multiplicação das escolas isoladas ou aglomerados mal-articulados, a estagnação do crescimento das poucas instituições públicas de ensino, a necessidade de as universidades públicas assumirem novas funções (pós-graduação e o contingente de docentes pesquisadores). Esse crescimento rápido e atabalhado do ensino superior, segundo Gianotti (1985, p. 240), teve como conseqüências as universidades mal-aparelhadas, laboratórios ineficientes, bibliotecas paupérrimas e professores incompetentes.

A reforma universitária, implicitamente, tentava manter sob controle as atividades políticas dos estudantes: o controle da reorganização universitária, ou seja, a manutenção da realidade sócio-econômica e o auxílio na viabilização do projeto econômico e político pelos detentores do poder, a partir do golpe militar de 64. Assim, a tradição liberal da universidade é interrompida. Surge a universidade tecnocrática. Com base no autoritarismo,

o poder passa a ser exercido por militares e tecnocratas e as atividades universitárias são por eles controladas. "A reforma de 68 foi ancorada na percepção da necessidade de acelerar o agiornamento do sistema de ensino e sua neutralização política." (Neves, apud Brandão et al. 1992, p. 83)

A proliferação desenfreada dos cursos superiores, principalmente em estabelecimentos isolados, exigiu, sob um prisma legal, docentes habilitados, ou seja, com curso de pós-graduação. Os Estados, procurando atender preceitos da Lei 5693/71, implantavam planos de carreira para aperfeiçoar, atualizar e especializar os docentes. Assim, a partir da década de setenta os programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado tiveram um impulso. Qualquer espaço físico, mesmo sem infraestrutura, qualquer período livre (fins-de-semana, recesso escolar) eram aproveitados para esses programas, pois representavam uma fonte para incrementar a receita das instituições de ensino superior. E o controle, a qualidade? O negócio era especializar-se até para atender à ideologia da época: a fragmentação do conhecimento, visando a formação de professores acríticos, alienados. Não se questiona necessariamente que mais profissionais tivessem acesso a esses cursos. A questão foi transformar o saber em mercadoria e mero trampolim à progressão funcional.

Por outro lado, é necessário assinalar que o Brasil é o país que tem o melhor sistema de pós-graduação da América Latina. Há uma infinidade de programas reconhecidos pela sua excelência.

Espera-se que esta breve revisão na história da universidade brasileira suscite interrogações e deixe claro o descaso do governo com o ensino superior. Da ausência de cursos (período colonial) à proliferação desenfreada (principalmente nas décadas de sessenta e setenta), evidencia-se a ausência de uma política definida e séria que atenda às reais necessidades e aspirações da população brasileira.

A universidade brasileira faz parte de um contexto histórico, econômico, cultural que é dominado, na grande maioria, pela alta tecnologia e informática. Mesmo com um discurso de pós-modernidade, sua práxis ainda está presa à tradição, à informação, à neutralidade, ao conformismo e, principalmente, à manutenção do *status quo*.

O ensino superior deve urgentemente ser reformulado, deixando de ser um instrumento caro e um aparelho ideológico de reprodução das elites para atender ao trinômio ensino-pesquisa-extensão. Em relação à pesquisa, é fundamental que essa seja a principal função e modalidade de ensino oferecida ao aluno, para que ele produza seu próprio conhecimento, em vez de ser um agente passivo e receptor de informações. Quanto ao ensino, cabe um repensar e um redimensionamento do compromisso das principais

vertentes - o professor e o aluno - pois a "*má qualidade do ensino*", certamente, encontra-se nesses elementos. No tocante à extensão, cabe à universidade a promoção de projetos alternativos que atendam às reais necessidades da comunidade, para que esta possa crescer nas diferentes áreas do conhecimento humano. Portanto, "*é preciso que a universidade se dispa do seu formalismo acadêmico, seja capaz de ler a realidade que a cerca e tenha a humildade e honestidade de recomençar uma nova caminhada.*" (Ribeiro, 1985, p. 36).

Assim, frente às mudanças ocorridas nestes últimos anos na sociedade hodierna, a universidade não poderá continuar a ser o centro de reprodução deste ou daquele sistema sócio-político-econômico vigente e estar marginalizada. Deve atender às exigências da sociedade atual, que está em processo constante e acentuado de mudanças e de progressos nas diferentes áreas do conhecimento humano. Cabe à universidade a produção do saber necessário à resolução dos problemas que a sociedade enfrenta, deixando de constituir-se uma caixa de ressonância de interesses partidários, ideológicos e religiosos.

A universidade brasileira está esfacelada. Precisa, com urgência, de mudança de mentalidade.

Perspectivas para o século XXI

A universidade brasileira no século XXI terá que priorizar a qualidade, quer em sua estrutura administrativa, quer no ensino, na pesquisa e nos serviços de extensão. Deverá estar aberta à sociedade, sendo um espaço de aglutinação e discussão da efervescência do saber, da cultura e tecnologia. Terá a incumbência de romper com a tese de que seu papel é exclusivamente de informação, para dar lugar à criação. Não poderá mais assumir o papel de conformismo, reproduzindo as estruturas sociais. Necessitará encontrar alternativas para recriar a ordem social, a fim de que todos, indistintamente, possam viver com dignidade e não só sobreviver marginalizados.

A universidade do século XXI deverá deixar de ser uma instituição arcaica, obsoleta e antro de alienação para dar vazão à capacidade reflexiva, à produção em todas as áreas do conhecimento humano. Deverá se preocupar em produzir um saber voltado à verdade, à universalidade, à cientificidade, à justiça, à igualdade, à beleza, à preservação, à criação, à criticidade, à construção, à autonomia, mas sobretudo, à transformação social.

Caberá à universidade brasileira ser uma instituição social que tenha como imperativo último a formação do homem à educação permanente, preparando-o para as possíveis crises e mutações e, sobremaneira, antecipar-

se ao futuro para resolver as situações novas. Além da função social, a universidade não poderá eximir-se da responsabilidade de cuidar das questões ecológicas. Haverá a necessidade de preservar a natureza para que haja um equilíbrio entre o meio-ambiente e o avanço tecnológico. É mister que a universidade gere, também, pesquisas relacionadas às possíveis civilizações interplanetárias e proponha nova mentalidade e tomada de consciências sobre o perigo dos armamentos nucleares. Urge a universidade engendrar um novo paradigma que corresponda aos desafios com os quais o homem do século XXI irá cada vez mais deparar-se.

Enfim, caberá à universidade do século XXI encontrar alternativas para melhorar a qualidade de vida do homem, adaptando-se aos novos modos de sentir, pensar e agir e do próprio planeta. Portanto, a universidade deverá ser uma janela que se abre para o futuro, aceitando o desafio de mergulhar no desconhecido.

Bibliografia

- BRANDÃO, Zaia et al. *Universidade e educação*. Campinas: Papyrus; São Paulo: Ande: Anped, 1992. 236 p.
- DEMO, Pedro. Universidade e qualidade. *Logos*, Canoas, n. 1, p. 5-18, 1º sem. 1991.
- DULCI, Otávio; AZEVEDO, Sérgio de. A crise da universidade pública e a reforma do sistema federal de ensino superior. *Educação Brasileira*, Brasília: v. 14, n. 29, p. 17-42, 1992.
- HUSÉN, Torsten. El concepto de la universidad: nuevas funciones, la crisis actual y los retos para el futuro. *Perspectivas*, Paris, v. 21, n. 78, p. 185-203, 1991.
- INÁCIO FILHO, Geraldo. A universidade no Brasil. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, n. 5 e 6, p. 191-205, jul./1988-jul./1989.
- GIANNOTTI, José Arthur. A universidade e a crise. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 37, n. 7, p. 235-244, jul. 1985.
- LAMPERT, Ernâni. A universidade do século XXI e a didática. *A didática em revista*, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 9-11, jul./dez. 1994.
- LAMPERT, Ernâni. O papel da universidade no século XXI. *Agora*, Rio Grande, 17 de nov. 1994.

- LAMPERT, Ernâni. A reforma universitária: o caos no ensino superior. *Momento*. Rio Grande, n. 8, p. 163-7, 1995.
- MEJIA - RICART GUZMAN, Tirso. *La universidad en la historia universal*. Santo Domingo: LA UASD, 1981.
- MOROSINI, Marília; LEITE, Denise (org.). *Universidade e integração no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- MOROSINI, Marília. *Seara de desencontros. A produção do ensino na universidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. (Tese de Doutorado).
- OBREG_N ROMERO, Teresa M.; MURILLO PACHECO, Hortensia. El docente y el alumno de la universidad del futuro. *Perfiles Educativos*, México, n. 47-48, p. 61-70, ene./jun. 1990.
- OLIVEN, Arabela Campos. *A parquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990. 117p.
- PAIVA, Rodrigo Antônio de. Ensino superior x qualidade. *Veritas*, Porto Alegre, v. 36, n. 141, p. 103-106, mar. 1991.
- RIBEIRO, Liane Beatriz Moretto. As licenciaturas no contexto da universidade. *Enfoque*. Bento Gonçalves, v. 13, n. 59, p. 30-6, out. 1985.
- ROSAS, Paulo. *Para compreender a educação superior brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 187 p.